





Só dói quando ele ri: charges e atentados de extrema-direita na abertura da ditadura civil-militar

José Airton de Farias

Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e professor do Instituto Federal de Educação do Ceará (IFCE). Integrante do Grupo de Estudos de História da Ditadura (GEHD), ligado à UFF.

 <https://orcid.org/0000-0002-3066-7194>

 <http://dx.doi.org/10.28998/rchv15n29.2024.0007>

Recebido em: 18/11/2023

Aprovado em: 11/03/2024



Só dói quando ele ri: charges e atentados de extrema-direita na abertura da ditadura civil-militar

RESUMO

O começo dos anos 1980 foi marcado por uma série de atentados terroristas por todo o País. Extremistas de direita, ligados ao aparato oficial de repressão e mesmo civis, promoveram vários ataques com bombas e ameaças na intenção de barrar a abertura da ditadura civil-militar. Neste artigo, tratamos de analisar, em um conjunto de charges, como foram abordados aspectos diversos da onda terrorista. Elementos de comunicação importantes de nossa cultura, com temas acessíveis, as charges são desenhos, com distorções, humor e críticas, relativos a fatos recentes ou a figuras políticas de destaque. As charges são expressões das vivências e trajetórias dos desenhistas e dos posicionamentos político-ideológicos dos periódicos em que são veiculadas, sem descartar as relações sociais e o contexto histórico. São também um instrumento de intervenção política, pois induzem a um posicionamento do receptor, de apoio ou reprovação. A partir dos trabalhos de Ziraldo, Willy e Sinfrônio publicados, respectivamente, no *Jornal do Brasil*, na *Tribuna da Imprensa* e no *O Povo*, almejamos compreender as mensagens e representações de mundo contidas nos desenhos, tendo-se em conta o consenso que se formava na sociedade em torno da democracia, o processo político da abertura da ditadura e ações da extrema-direita.

Palavras-chave: abertura da ditadura; extrema-direita; charges.

Humor, politics, and military dictatorship: the paraiban Arena in the stroke of cartoons (1974-1978)

ABSTRACT

The beginning of the 1980s was marked by a series of terrorist attacks throughout the country. Right-wing extremists, linked to the official repression apparatus and even civilians, carried out several bomb attacks and threats with the intention of blocking the opening of the civil-military dictatorship. . In this article, we try to analyze, in a set of cartoons, how different aspects of the terrorist wave were addressed. Important communication elements of our culture, with accessible themes, cartoons are drawings, with distortions, humor and criticism, relating to recent events or prominent political figures. The cartoons are expressions of the cartoonists' experiences and trajectories and the political-ideological positions of the periodicals in which they are published, without discarding social relations and the historical context. They are also an instrument of political intervention, as they induce the recipient to adopt a position of support or disapproval. Based on the works of Ziraldo, Willy and Sinfrônio published, respectively, in *Jornal do Brasil*, *Tribuna da Imprensa* and *O Povo*, we aim to understand the messages and representations of the world contained in the drawings, taking into account the consensus that was formed in society around democracy, the political process of opening the dictatorship and actions of the extreme right.

Keywords: opening of the dictatorship; far right; cartoons.

No final dos anos 1970 e começo da década seguinte, o Brasil foi sacudido por uma onda de atentados terroristas promovidos por extremistas de direita. Grupos como Movimento Anticomunista (MAC), Comando de Caça aos Comunistas (CCC), Vanguarda de Caça aos Comunistas (VCC), Aliança Anticomunista Brasileira (AAB), Falange Pátria Nova (FPN), Comando Delta, Movimento de Renovação Nazista (MRN), entre outros tantos, promoveram ameaças e ataques a bombas contra entidades de classes, órgãos da imprensa, sindicatos, bancas de jornais, escolas, universidades... Tais grupos eram autônomos, sem uma coordenação única, com extremistas se influenciando mutuamente, a partir das ações que iam se sucedendo País afora (Lima, 2020; Lopes, 2014; Brasil, 2010). De modo geral, os terroristas eram policiais e militares, elementos ligados aos órgãos de segurança, que temiam a perda de espaço político e econômico com o processo de distensão da ditadura, o qual, aos trancos, vinha ocorrendo desde meados da década de 1970 (Resende, 2015; Fico, 2001; Maud, 2012). Além disso, dotados de representações fortemente anticomunistas, esses extremistas entendiam que a distensão/abertura do regime poderia abrir espaços para atuação do inimigo comunista, os quais estariam se infiltrando em diversos setores da sociedade, em projetos secretos de conquista do poder institucional (Farias, 2023a).

As ameaças de bombas e os atentados provocaram enorme comoção e uma onda de medo e angústia no Brasil, sobremaneira, quando começaram a deixar feridos e mortos, como no caso dos ataques à sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e à Câmara Municipal do Rio de Janeiro, em agosto de 1980, e no atentado ao Centro de Eventos do Rio de Janeiro (Riocentro), em abril de 1981. A onda terrorista tornou-se um complicador a mais para o processo de distensão da ditadura, cujo desfecho, para os contemporâneos, era completamente imprevisível (Aarão Reis, 2004). Os envolvidos nos ataques ficaram impunes e, salvo o caso dos extremistas de um grupo autoproclamado Movimento Anticomunista (MAC), do Ceará, que realizaram ataques em Fortaleza, no segundo semestre de 1980, sequer sabemos os nomes dos agentes estatais partícipes dos atentados (Farias, 2023b).

O objetivo deste artigo é analisar como os referidos atentados de extrema-direita foram apresentados em um conjunto de charges veiculadas na imprensa da época, sobretudo, no *Jornal do Brasil* e *Tribuna da Imprensa*, do Rio de Janeiro, e *O Povo*, de Fortaleza. Tendo-se em conta que charges são elementos importantes de nossa cultura e da indústria cultural, mobilizando uma linguagem artística de ampla repercussão (Motta, 2006, p. 09), busca-se entender como os contemporâneos perceberam a onda de ataques terroristas, no contexto das tensões e embates políticos

que marcaram o processo de distensão/abertura da ditadura civil-militar.

Escolhemos algumas charges, dentre outras, porque acreditamos serem mais representativas para o propósito do artigo. Analisaremos alguns dos desenhos, na busca de ponderar sobre as mensagens contidas nos mesmos e compreender o contexto político em andamento e as várias implicações que os atentados trouxeram para a coletividade. Por mais que tragam metáforas e sátiras, existem mensagens nos desenhos, percepções do mundo, que guardam conexões com as representações dos artistas e grupos jornalísticos e os embates e questões do momento (Motta, 2006, p. 25-26).

Não trataremos dos estilos dos artistas ou da criatividade dos desenhos, mas, sim, das representações de mundo contidas nas charges, tendo-se em conta os respectivos acontecimentos. Almejamos tratar de temas relacionados à onda terrorista nas imagens, a exemplo dos ataques a bancas em virtude da venda de revistas eróticas e de jornais da imprensa alternativa, o medo da sociedade ante os atentados, a ineficácia das investigações oficiais e a impunidade dos terroristas.

Um mundo em papel e nanquim

Embora não haja consenso sobre uma definição exata, charges (do francês *charger*, “carregar”, “exagerar”) seriam desenhos com intenções críticas e zombeteiras, de traços exagerados ou grotescos, nos quais se abordam um fato ou acontecimento específico, geralmente político, e de conhecimento público ou, ainda, determinadas pessoas (Teixeira, 2005, p. 22; Arbach, 2007, p. 210). Por vezes, a palavra charge é usada indistintamente como sinônimo de caricatura (do latim *caricare*, no sentido igualmente de “carregar”, “exagerar”), embora haja quem entenda que este termo só pode ser aplicado para designar retrato pessoal de indivíduos conhecidos, com objetivos humorísticos (Motta, 2006, p. 15; Fonseca, 1999, p. 17-18, 26; Arbach, 2007, p. 209-210; Teixeira, 2005, p. 92).

Já o cartum (do inglês *cartoon*, “cartão”) é um desenho humorístico que faz uma crítica dos costumes, tratando de assuntos do cotidiano de uma sociedade ou cultura, temas universais (um naufrago, um amante, a guerra, um palhaço etc.) e não datados. Em outros termos, traz temas de caráter mais “atemporal” ou moral, representando uma situação que penetra no domínio da invenção, situações imaginárias, que não dependem do contexto específico de uma época (Macedo, 2012, p. 34; Cavalcanti, 2008, p. 37; Arbach, 2007, p. 212; Teixeira, 2005, p. 102). “Pluralidade de quadros e precedência

do texto sobre charge constituem o básico de sua estrutura narrativa como gênero que se situa, na verdade, a meio caminho entre charge e a [História em Quadrinho]” (Teixeira, 2005, p. 104).

Exagerando no traço, o autor da charge aponta defeitos ou problemas, debochando ou ridicularizando uma situação ou um líder político, na intenção de provocar risos, tal o grotesco ou o absurdo do abordado no desenho (Motta, 2006, p. 19; Fonseca, 1999, p. 17). Isto é, “sendo uma espécie de crônica humorística, a charge tem o caráter de crítica, provocando o hilário, cujo efeito é conseguido por meio do exagero. Ela se caracteriza por ser um texto visual humorístico e opinativo, criticando um personagem ou um fato específico” (Macedo, 2012, p. 33).

As charges têm notória capacidade de disseminação da linguagem, pela atração dos desenhos cômicos em si e o poder de comunicação das manifestações visuais, com impressões marcantes e de rápida absorção pelo espectador (Motta, 2006, p. 17; Macedo, 2012, p. 55), especialmente quando veiculadas em jornais de grande circulação. A charge, como forma de comunicação (Macedo, 2012, p. 33), é uma linguagem artística de enorme alcance popular, capaz de atingir a muitos, inclusive, analfabetos. Permite, assim, uma maior aproximação de grupos sociais mais afastados ou excluídos, em relação aos embates e debates políticos institucionais (Motta, 2006, p. 18; Burke, 2017, p. 121). Não raro, mobilizam figuras de linguagem, especialmente metáforas e metonímia, com elementos pertencendo à cultura popular, como animais, esportes, temas difundidos da antiguidade clássica, datas festivas etc (Motta, 2022, p. 6). Não custa lembrar, o Brasil vivia no final dos anos 1970 e começo dos 1980, um boom editorial, com expressivos números de tiragem de livros, revistas e jornais (Ortiz, 2014), o que, pode-se presumir, dava às charges um alcance público ainda maior.

Em geral, os desenhos são concisos: em poucos traços, o artista almeja transmitir uma mensagem, que deve ser entendida, clara e rapidamente, pelo leitor, de modo a enfatizar o aspecto cômico e chamar a atenção. A charge precisa dar a entender quem é representado ou a situação tratada por meio de alguma referência (Ferreira, 2019, p. 20). Verdade que existem charges mais complexas e pode-se ainda questionar se o receptor da imagem vai compreendê-la da forma que o desenhista pretendia ou se fará outras elaborações conformes suas perspectivas e vivências (Sousa, 2018, p. 26). Não obstante, de modo geral, são desenhos facilmente compreensíveis, com arquétipos e metáforas simples, tendo, às vezes, pequenos textos (títulos, legendas ou balões), curtos e objetivos, como explicações, chistes ou complemento humorístico (Macedo, 2012, p. 50; Cavalcanti, 2008, p. 38; Gawryszewski, 2008, p. 23).

O riso serve como arma na luta política desde muito. A zombaria é forma de expressar a superioridade de quem se manifesta e minar, rebaixar e desprezar os posicionamentos e os argumentos dos adversários, independentes de matizes ideológicas ou orientações políticas (Motta, 2006, p. 20). As charges são dedicadas a tripudiar os adversários políticos, sejam de esquerda ou de direita, raramente tratando de líderes admirados (Motta, 2006, p. 21). O desenho, dessa forma, apresenta uma carga de agressividade em sua essência, o que pode ser importante, por estimular a criticidade do leitor (por concordância ou não) (Teixeira, 2005, p. 83). Assim, a charge é política, nunca neutra, uma vez que toma partido e potencializa o humor e a crítica. Ressalte-se que, embora seja enquadrada como um tipo de humor gráfico, a charge nem sempre contempla o riso como elemento para o entendimento da proposta de sua imagem (Souza, 2018, p. 24).

Por outro lado, a melhor compreensão da charge também pode requerer um conhecimento de dados e fatos contemporâneos específicos, o entendimento do contexto político, econômico e social momentâneo do meio em que o desenho foi criado, até para que este tenha seus efeitos de crítica e humor (Macedo, 2012, p. 34; Bornemann, Cox, 2011, p. 420). Se o leitor não conhecer minimamente os símbolos, os personagens e os acontecimentos relacionados, nada ou pouco compreenderá do desenho ou terá uma visão diferente da proposta pelo chargista (Gawryszewski, 2008, p. 11; Bornemann, Cox, 2011, p. 420).

As charges, portanto, apresentam viés informativo, sem descartar o espectro interpretativo do evento retratado, pois o desenho expressa o ponto de vista do artista e/ou do veículo de informação no qual trabalha (Motta, 2006, p. 23). Impregnada de subjetividade, a charge não é um retrato do real, sua proposta não é registrar o real, mas significá-lo (Teixeira, 2005, p. 11) e, nesse processo, acaba contribuindo também à formação da opinião do receptor (Ferreira, 2019, p. 20). Ou seja, uma qualidade da charge é a de poder ser meio de persuasão, intervindo no processo de definições políticas e ideológicas do leitor, por meio da sedução pelo humor e criando um sentimento de adesão (ou rejeição) e até de mobilização (Arbach, 2007, p. 211). Nesse sentido, a charge é um instrumento de intervenção política (Teixeira, 2005, p. 13).

A charge tem grande valor como documento histórico, por permitir reflexões e entendimentos acerca das memórias e representações de mundo em determinadas conjuntura e período (Macedo, 2012, p. 50-51; Ferreira, 2019, p. 20). É um instrumento de reflexão e fonte de pesquisa, “um produto cultural produzido sob condições históricas definidas, num tempo e espaço socialmente determinados” (Teixeira, 2005,

p. 12). O artista manifesta elementos da estrutura social e da conjuntura histórica, afora componentes de sua própria trajetória e experiências de vida, bem como da linha editorial do veículo de comunicação para qual trabalha e que publica seus trabalhos (Macedo, 2012, p. 52). Como diz Renato Lemos (2006, p. 4), como qualquer construção humana, a narrativa histórica contida nas charges tem a marca do individual e do coletivo no conteúdo, na forma e na exposição. Se guarda laços com a estrutura política e social, o chargista, com seu desenho-opinião, também movimentava a estrutura social, buscando impactar e influenciar o cenário público (Cavalcanti, 2008, p. 2; Motta, 2022, p. 3). Não por acaso, as censuras e as perseguições a desenhistas, como fez a ditadura civil-militar brasileira, a exemplo das prisões de profissionais de O Pasquim, em 1970 (Motta, 2013, p. 65).

Observe-se que as charges assumem especial significado no contexto de regimes autoritários, pois as ambiguidades que os desenhos trazem permitem tensionar os limites da repressão e da censura: como o sentido da charge pode ser dúvida, maiores são as possibilidades de burlar os censores e fazer críticas (Motta, 2013, p. 67; Motta, 2022, p. 4).

Tão importantes são as charges que elas tendem a serem publicadas, não raro, nas primeiras páginas dos periódicos ou em locais de destaques. Nos jornais que consultamos para este artigo, os desenhos apareciam nas páginas em que se encontravam também o editorial (o qual manifesta a posição político-ideológica dos veículos de comunicação e de seus proprietários) e os textos de opinião. “Com frequência, as caricaturas servem para expressar o ponto de vista do periódico sobre os temas em debate, como se ilustrassem a posição política do jornal” (Motta, 2006, p. 19). As charges seria uma espécie de “editorial gráfico” (Grudzinski, 2009, p. 03), no sentido de serem interpretações visuais da linha editorial e dos textos dos jornais, como se sua função “fosse reiterar o discurso verbal, transformá-lo em imagem visual para fixar melhor o seu sentido, ou sensibilizar os leitores pela imagem” (Motta, 2022, p. 3).

Daí a importância de se analisar as charges dos jornais durante a ditadura civil-militar. Excetuando-se o Última Hora, de modo geral, a grande imprensa endossou o golpe de 1964. Não obstante, o apoio não implicou em alinhamento total com o regime ditatorial a seguir implantado. Os jornais perfilaram com a ala liberal dos apoiadores 64 que, se não aceitaram a possibilidade de mudança da ordem social, conforme defendido por Jango e as esquerdas, e foram coniventes com muitas das intervenções autoritárias dos militares e o combate à “subversão”, por outro, buscaram manter os valores liberais tradicionais de um Estado de direito, especialmente o da liberdade de

expressão da (grande) imprensa. “Por isso, [...] as relações da imprensa com o regime militar foram marcadas por complexidades e ambiguidades, variando entre o apoio entusiástico e a crítica, situação semelhante, aliás, à que viveram outros setores da sociedade” (Motta, 2013, p. 63). De modo geral, com exceção do Última Hora e Correio da Manhã, o alinhamento da grande imprensa com a “revolução” foi amplo, pelo menos até o AI-5, de 1968, passando depois a haver críticas e atritos, embora sem existir uma ruptura (Motta, 2013, p. 67).

Os veículos de comunicação, na maioria, apoiaram igualmente o processo de distensão da ditadura, fosse, em um primeiro momento, no sentido de institucionalização do regime, fosse, depois, com a possibilidade de passagem do poder para civis, desde que não houvesse “radicalismos” (entenda-se, maiores participações populares e das esquerdas) e sem “atos de revanchismo” (Napolitano, 2017, p. 359). Foi o caso do Jornal do Brasil (JB), periódico que havia defendido o golpe de 64, embora pedindo “moderação nos anos seguintes” ante os arbítrios do regime (Motta, 2013, p. 67). Endossando o projeto de autoflexibilização do regime, como entendiam os setores militares “moderados”, o JB repudiou as ações terroristas da extrema-direita, contrária à abertura.

As charges do JB, analisadas neste artigo, são de autoria de Zivaldo Alves Pinto, à época já um desenhista dos mais prestigiados do País e com trajetória vinculada ao O Pasquim, jornal alternativo de esquerda fundado em 1969 e opositor ferrenho da ditadura. Embora o conteúdo das charges de Zivaldo no JB estivessem longe daquelas publicadas em O Pasquim, bem mais questionadoras e debochadas, percebe-se certa autonomia do desenhista (Ferreira, 2019, p. 16; Motta, 2013, p. 66), talvez pelo clima de distensão imperante no País e seu prestígio profissional. Mesmo com a moderação do Jornal do Brasil na abertura, Zivaldo abordou em seus desenhos aspectos dos atentados, ao nosso ver, incômodos para o regime, a exemplo das acusações do envolvimento de agentes estatais nos ataques, conforme trataremos adiante.

O jornal Tribuna da Imprensa, por sua vez, tinha postura bem mais crítica em relação aos militares e à ditadura. Fundada por Carlos Lacerda, a TI foi vendida ao também jornalista Hélio Fernandes, em 1962. Travou oposição sistemática ao governo João Goulart e apoiou o golpe de 64, embora, depois, tenha sido um dos periódicos que gradualmente passou a se afastar do regime. Teve muita repercussão um agressivo editorial publicado pela TI, em julho de 1967, por ocasião da morte de Castelo Branco, o que provocou a indignação das Forças Armadas. Fernandes acabou preso e enviado para a ilha de Fernando de Noronha, onde permaneceu por volta de trinta dias. Daí em

diante aumentaram as críticas da Tribuna à ditadura, que, em represália, cerceava o jornal, inclusive, em termos econômicos. Com um viés nacionalista, a Tribuna da Imprensa engajou-se na defesa da democratização do País, não poupando em denunciar as manobras procrastinatórias dos militares e os atentados da extrema-direita¹. Em abril de 1981, o próprio periódico foi alvo de um dos ataques terroristas, tendo suas instalações destruídas e seus funcionários ameaçados e sequestrados pelos extremistas. Não surpreende, pois, as criticidades das charges de Tribuna da Imprensa, a cargo do desenhista paraibano Willy (Evilimar Macena de Oliveira), sobre quem há poucas produções bibliográficas.

Já o fortalezense O Povo, como tantos outros órgãos da imprensa nacional, apoiara o golpe de 64 e a ditadura, embora também tenha tido problemas com a censura do regime, inclusive, tendo edições apreendidas. No final dos anos 1970, endossou o processo de distensão, não raro, com bastante moderação e até com críticas ao que considerava “excesso da oposição”². O periódico defendia a democratização sem “radicalismo”, numa postura conciliatória, exaltando o projeto de flexibilização do governo ditatorial (Silva, 2012). As charges usadas na pesquisa foram de autoria de Sinfrônio de Sousa Lima Neto, que trabalhou no jornal entre 1975 e 1991. Sinfrônio tornou-se um dos principais nomes do humor gráfico cearense, atuando na produção de histórias em quadrinhos, charges animadas para a televisão, mercado publicitário, etc. Teve destacadas participações em salões nacionais e internacionais de humor, recebendo duas vezes a menção honrosa no Salão de Humor de Piracicaba e premiado no I Salão de Humor em Recife, em 2012 (Brilhante, 2012).

As diferenças de posicionamentos, quanto à ditadura e ao processo de abertura, entre o Jornal do Brasil e a Tribuna da Imprensa, ajudam a explicar o porquê da escolha das charges desses periódicos como fontes deste artigo. O uso de O Povo, do Ceará, por sua vez, visa a abordar entendimentos mais regionais, de áreas menos dinâmicas do processo de abertura, acerca dos atentados terroristas.

¹ Tribuna da Imprensa in Atlas Histórico do Brasil. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/6390>. Acesso em: 27 out. 2023.

² Relatório da agência de Fortaleza, analisando as posturas dos jornais locais em relação à ditadura, afirmou sobre O Povo, o de maior circulação no estado: “tem se caracterizado pelo significativo apoio prestado a todos os governos revolucionários. (...) Sua atuação não revela o propósito delineado de tornar a população antagônica do governo federal, tanto que sempre tem destacado as iniciativas governamentais de iniciativas sociais. Não obstante, tem, esporadicamente, abordado assuntos que refletem injustiças e desequilíbrios sociais, limitando-se, no entanto, a expressar opiniões racionais evitando exageros que se prestem a agitações”. Relatório de Informação do Serviço Nacional de Informação nº 014/116/AFZ/80, Agência Fortaleza, “Acompanhamento da atuação da imprensa”, de 15 de fevereiro de 1980. Arquivo Nacional. <http://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_QQQ_80000417_doo0ide0002. Acesso em: 13 mar. 2021.

Bancas em fogo e charges

Passemos a analisar algumas das charges publicadas no recorte temporal que engloba de julho de 1980 a julho de 1981, período em que entendemos que ocorreu o ápice, no que toca à quantidade e agressividade, dos atentados de extrema-direita no Brasil. Como dito, almejamos compreender e analisar as representações contidas nos desenhos, quanto a crenças e personagens, bem como à conjuntura política envolvida.

Em virtude dos elementos relacionados à onda terrorista – violência, medo, destruição, mortes etc. – observamos, nas charges que traziam o tema, a ênfase no aspecto da criticidade, ainda que pudessem conter também algum viés humorístico ou que provocasse riso. É algo justificável, afinal, a linha entre o humor e a grosseria é facilmente transitável e a arte que visa ao riso/denúncia pode se transformar em peça de mau gosto e indelicadeza (Motta, 2006, p. 43), o que implica, da parte do chargista, certo equilíbrio e criatividade no exercício do trabalho. Assim, compreensivelmente, os alvos e os respectivos ataques não foram, em si, focos de comicidade. Mostrar destruição e pessoas feridas ou com medo talvez não induzisse a risos, mas, sim, a desconforto e repulsa.

Parece-nos que a intenção dos desenhos foi muito mais a de sensibilizar o leitor, o que, em termos práticos, significava condenar os atos extremistas e apoiar o processo de abertura. Quando muito, nas charges, os extremistas e autoridade acabavam alvos de zombarias e críticas, no sentido de serem condenados pelos atos de violência e a omissão ou ineficácia das investigações oficiais, respectivamente. Salvo uma ou outra, as charges que abordaram os atentados da extrema-direita eram soturnas, perturbadoras e incômodas, não priorizando o riso, mas, sim, a indução de reflexões. A mensagem crítica do desenho, assim, acabava se sobrepondo a pretensões humorísticas.

Assim, ainda que não tenhamos como dimensionar a recepção pelos leitores, podemos dizer que as charges fizeram parte do processo político da abertura, endossando-o e corroborando com o consenso que se formava na sociedade brasileira, no final dos anos 1970, em torno da democracia (Cordeiro, 2015), não obstante as divergências entre os atores sociais sobre que tipo de democracia deveria ser implantada no Brasil e a forma concreta como deveria se dar o fim da ditadura (Napolitano, 2018).

Dos jornais usados nesta pesquisa, o primeiro a trazer uma charge abordando os atentados foi o Jornal do Brasil, de 27 de julho de 1980 (Figura 1), tendo como foco os

ataques às bancas de jornais. Em nossa pesquisa, constatamos que os ataques vinham ocorrendo, com maior frequência, desde, pelo menos, fins de 1979. Ressalte-se que após a aprovação da Lei da Anistia, em agosto de 1979, houve a libertação de vários dos presos políticos e o regresso ao País de muitos dos exilados, o que irritou os mais extremados conservadores, fossem civis ou militares. Não surpreende, pois, o número crescente de ataques terroristas acontecidos ao longo do primeiro semestre de 1980. A partir de junho de 1980, estendendo-se até setembro, os ataques se intensificaram, tendo como um dos alvos principais os jornaleiros. Há registros de bancas atacadas ou ameaçadas em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Londrina, Santos, Niterói, Santa Rosa, Santo Ângelo, Ribeirão Preto, Belo Horizonte, Belém, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Brasília, Curitiba, Porto Velho, João Pessoa, entre outras cidades (Farias, 2023b).

Os extremistas de direita entendiam que as bancas de jornais, ao venderem periódicos da chamada imprensa nanica, estavam servindo a planos da “subversão” em difundir o comunismo e seus valores na sociedade.

Figura 1 – Ilustração de Ziraldo



Fonte: Jornal do Brasil, 27 jul. 1980, p. 10. Acervo da Biblioteca Nacional.

A charge referida (Figura 1), para além da óbvia denúncia do terrorismo – o primeiro incêndio de uma banca ocorrera 11 dias antes, em Belo Horizonte, a 16 de julho³ –, permite outras interpretações. O desenho tem um caráter dantesco, assustador, ainda que não deixe de trazer ironias e até algum humor, quando se observa os detalhes. Vê-se uma banca de jornais tomada por um incêndio, cujas chamas, em conjunto, lembram a extremidade de uma tocha ou uma pira, irradiando

³ Tribuna da Imprensa, 17 jul. 1980.

luminosidade e dando à imagem um espectro ritualístico. Vale lembrar que os Jogos Olímpicos de Moscou estavam acontecendo naquele momento (as disputas ocorreram entre 19 de julho e 3 de agosto de 1980). Como sabemos, entre os símbolos dos jogos estão a pira e a tocha olímpicas (Machado, 2006). Ou seja, a charge faz um paralelo entre o famoso evento esportivo e os ataques da extrema-direita no Brasil. O fogo, em Moscou, alimentava as disputas esportivas, enquanto no Brasil, as chamas queimavam bancas de jornais. Em comum, sob certa perspectiva, talvez o nacionalismo. Na União Soviética, as medalhas dos atletas endossavam o sentimento de identidade e pertencimento aos Estados-nacionais, como o esporte possibilitou ao longo do século XX (Rubio, 2001); no Brasil, os terroristas diziam agir em defesa e amor pela Pátria, para combater o comunismo – daí o porquê de a charge trazer um trecho do hino nacional, o que pode ser percebido como uma ironia.

Pode-se ter outros entendimentos ainda. O fogo, tradicionalmente, é visto como indicativo de purificação, no sentido de purgar pecados e indicar caminhos para a regeneração (Chevalier, 2015, p 440). Os grupos-extremistas, responsáveis pelos ataques terroristas na abertura, se viam como uma espécie de elite esclarecida, sabedora do que deveria ser o melhor para o Brasil – no caso, a manutenção da ditadura. Em nome da pátria, estavam agindo para salvar o Brasil, ante uma pretensa ameaça dos comunistas. Os terroristas, portadores dos melhores valores da sociedade, patriotas e cristãos (católicos), com suas bombas, estariam reagindo e visando a aniquilar tal ameaça (Farias, 2023a). Ziraldo, ao usar no desenho uma referência ao fogo, ironicamente, desdenha dos extremistas e de suas crenças. As chamas das bombas da extrema-direita não traziam redenção alguma, mas, sim, destruição e medo. Ou seja, a extrema-direita e a manutenção da ditadura não seriam salvação alguma para o País.

Outros detalhes das charges apresentam significância também de teor irônico. Ao se ampliar a imagem, nota-se que, na fachada da banca incendiada, está inscrito “propriedade privada”. Isso significa dizer que os extremistas, ao colocarem as bombas nas bancas, com a intenção de combater o comunismo, destruíam e violavam um dos preceitos fundamentais da ordem capitalista, a propriedade particular – e propriedade de pessoas com poucos recursos, como era o caso dos jornalheiros. O deboche está também no contraponto entre a destruição provocada, o hino (um dos símbolos nacionais mais exaltados por grupos conservadores) e as publicações expostas na banca (percebem-se exemplares de *Veja*, *O Globo* e *O Estado de São Paulo*). Assim, os atentados às bancas não se constituíam intimidações apenas aos jornais alternativos,

mas à imprensa como um todo, pela ameaça à liberdade de expressão e de circulação de publicações. Naquele momento, os raios que brilhavam no Brasil não eram o do sol da liberdade, como afirmava o hino nacional, mas os de incêndios, resultados de atentados terroristas cujos propósitos eram o manter uma ditadura.

Chamou-nos a atenção a quantidade de charges, das que tratavam da onda terrorista, com referências às bancas nos jornais pesquisados. Entendemos que este destaque pode ser relacionado à importância dos jornaleiros para a grande imprensa, afinal, era pelas bancas que boa parte dos periódicos chegava aos leitores. Como lembra Viktor Chagas (2013, p. 18), esses estabelecimentos serviam como ponta de circulação e distribuição de periódicos, de um lado, e de mediadora cultural na relação entre a imprensa (tanto a alternativa como a comercial) e o público leitor, de outro. Ou seja, as bancas apresentavam fins mercantis e estratégicos para as vendas dos jornais e revistas e serviam até de termômetro e referência para a produção do conteúdo das publicações, visto que era o jornaleiro que, efetivamente, estava em contato e ouvia os leitores.

Realizados os primeiros ataques às bancas, os grupos terroristas começaram a justificar os atentados sob a alegativa de que os jornaleiros estavam também negociando revistas eróticas. Diversos setores da sociedade, inclusive, grupos que apoiavam a abertura do regime, acreditavam que um efeito colateral da distensão fora o aumento da pornografia (Marcelino, 2006). Nos jornais da época, eram comuns matérias abordando – e condenando – a pornografia da televisão, cinema e publicações das bancas de jornais. Tratava-se de um momento de expansão da indústria cultural e do mercado editorial. Com o abrandamento da censura política e moral, as pessoas passaram a buscar filmes e publicações de caráter erótico/pornográfico que o regime, até então, impedia o acesso, visto que houve também uma censura moral durante a ditadura (Fico, 2002). Para extremistas de direita, a pornografia era utilizada pelos comunistas para corromper os valores da sociedade, facilitando seus projetos de poder. Como a censura moral contava com apoio de parte da população, também para capitalizar politicamente e buscar apoio de setores da sociedade, os extremistas, em seus manifestos, a partir de agosto de 1980, passaram a condenar a pornografia das bancas, e a realizar atentados sob o pretexto de defender os “bons valores morais”.

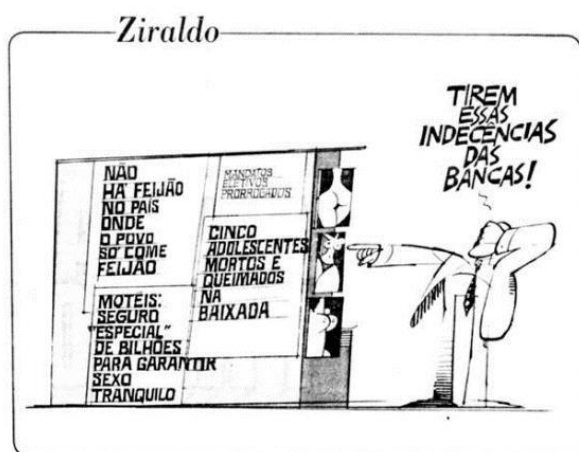
Figura 2 – Ilustração de Sinfrônio



Fonte: O Povo, 08 out. 1980, p. 3. Acervo Biblioteca do Ceará.

A charge de 8 de outubro de 1980 (Figura 2), em *O Povo*, mostra, com deboche, como setores da sociedade se mostravam indignados com as revistas eróticas, evidenciando, por outro lado, as críticas feitas a tal postura – especialmente por setores mais à esquerda –, que enfatizavam a existência de outras questões mais preeminentes no País, a exemplo dos problemas sociais, crise econômica, inflação, concentração de renda, etc. No desenho de Sinfrônio, enquanto um transeunte reclama das revistas, com mulheres nuas, expostas na parte superior da banca, ignora as publicações que abordam a fome da população e a carestia. Para enfatizar ainda mais o contraste, ao lado do transeunte, uma criança, maltrapilha, estende a mão, pedindo ajuda. Uma charge com conteúdo parecido havia sido produzida igualmente por Ziraldo e publicada no *Jornal do Brasil*, de 18 de setembro de 1980 (Figura 3), sinal que a crítica aos que se indignavam com publicações de teor erótico e relevavam outros problemas estava presente em distintos locais do País. Não custa lembrar que, em Fortaleza, bancas de jornais também sofreram ameaças e ataques a bombas, o que evidencia que a onda terrorista foi mais abrangente do que tradicionalmente se pensa, não ficando restrito aos locais mais dinâmicos do processo de abertura (Farias, 2023b).

Figura 3 – Ilustração de Ziraldo



Fonte: Jornal do Brasil, 18 set. 1980. Acervo da Biblioteca Nacional.

Uma outra charge de Ziraldo, também de teor parecido, publicada no JB, a 12 de março de 1981 (Figura 4), mostra em uma banca de jornal vários cartazes e revistas com nádegas à mostra, enquanto o jornaleiro fala para um possível cliente sobre problemas vários do Brasil à época. No caso, esta charge permite outras interpretações. Uma tem a ver com o olhar do freguês. Enquanto o jornaleiro fala, o cliente mira nas revistas eróticas. Ou seja, as pessoas não estariam se preocupando com o que de fato interessava ao País, tendo nas revistas um elemento de “alienação” – na época, a atratividade do sexo e o “excesso” de erotismo/pornografia da abertura chegaram a serem vistos, por segmentos à esquerda, como uma forma de afastar a população das mobilizações da sociedade contra a ditadura⁴. Ou seja, a preocupação em demasia com o sexo implicava em atenção menor à política...

Figura 4 – Ilustração de Ziraldo



Fonte: Jornal do Brasil, 18 set. 1980, p. 10. Acervo da Biblioteca Nacional.

⁴ O Povo, 04 ago. 1980.

Uma outra interpretação da charge diz respeito ao papel politizador que as bancas poderiam apresentar, para além de serem pontos de comercialização de publicações e de intermediação entre jornais e leitores. Pelo semblante e as posições de suas mãos, o jornaleiro parece desenvolver uma argumentação, almejando convencer o cliente, citando diversos problemas do País. Isso se coaduna com um dos elementos constatado em nossa pesquisa, sobre como uma banca podia virar um espaço de difusão de posições ideológicas e ativismo político dos proprietários, algo parecido com o que se dava em livrarias (Mollo, 2022, p. 23). Em um desses estabelecimentos, por exemplo, a simples exposição dos jornais, dando destaque à imprensa alternativa, ao lado de publicações da grande imprensa, poderia ser meio para despertar a atenção de clientes e transeuntes para uma questão política. No vai e vem das multidões, indivíduos se aglomeravam em frente às bancas, para ver as manchetes dos periódicos expostos, se inteirando das últimas do futebol, das disputas partidárias, etc., por vezes, realizando comentários. Muita gente se reunia nas bancas para bate-papos com jornaleiros, o que, muitas vezes podia levar a conversas sobre o processo de abertura da ditadura, conforme relatou um de nossos entrevistados⁵.

Sem apelar para generalizações, parece ter havido certa proximidade entre jornaleiros e pensamentos à esquerda, de forma parecida com o que se dava com as livrarias (Mollo, 2022). Na edição de 26 de novembro de 1980, a revista Isto É afirmou que muitas das bancas de jornais de São Paulo seriam de pessoas ligadas ao Partido Comunista ou com posicionamentos próximos deste campo ideológico. Assim, abre-se uma outra perspectiva acerca dos ataques às bancas. Afora buscarem impedir as vendas de publicações da imprensa alternativa e de revistas eróticas, os atentados da extrema-direita atingiam a condição das bancas como meio de difusão de ideias e espaço de debates e críticas, na medida em que intimidavam os jornaleiros e fregueses na prática comum de conversar e discutir sobre temas variados, desde futebol até a situação do País, como Ziraldo parece abordar em sua charge.

O medo em charges

A charge de Willy, veiculada na Tribuna da Imprensa, de 4 de agosto de 1981 (Figura 5), ainda que tratando de bancas de jornais, permite abordar um outro elemento provocado pela série de atentados de extrema-direita: o clima de medo e

⁵ Francisco Pereira, ex-presidente do Sindicatos dos donos de Bancas de Jornais e Revistas de Fortaleza, entrevistado a 30 set. 1980.

insegurança que passou a dominar parte da sociedade. O chargista mostra um transeunte, a altas horas da noite, tentando urinar nas proximidades de uma banca de jornal, prática anti-higiênica muito comum. No que se define como prosopopeia, o estabelecimento “ganha vida”, saindo correndo rapidamente, com a “mão” erguida, como que em desespero, provocando humor na cena. A charge acaba trazendo referência ao fato de as bancas serem atacadas geralmente à noite, quando estavam fechadas e a penumbra e a falta de maior policiamento facilitavam as ações dos extremistas. A “fuga” da banca, ante a proximidade de um estranho naquele horário, expressa o temor de que se tratasse da ação de algum terrorista. Não era à toa o conteúdo do desenho, tendo-se em conta a quantidade crescente de atentados e a inoperância das autoridades. Em nossa pesquisa, foi possível perceber como a onda terrorista provocou sentimentos de medo e angústia na coletividade. Uma das características do terrorismo é o da imprevisibilidade dos ataques, criando uma sensação difusa de insegurança e de que todos são passíveis de serem alvos de atentados em quaisquer espaços (Bonanate, 2004, p. 1243).

Figura 5 – Ilustração de Willy



Fonte: Tribuna da Imprensa, 04 ago. 1980, p. 5. Acervo da Biblioteca Nacional.

Em decorrência, a possibilidade de acontecerem atentados era tida como verossímil por muita gente. Isso permitiu, assim, mais um uso político pelos terroristas. Ou seja, não eram apenas as detonações de bombas que eram utilizadas pelos extremistas contra o processo de abertura; apenas a possibilidade de os ataques acontecerem já tinha efeitos, em virtude do medo e da angústia em que mergulharam parte da sociedade. Não por coincidência, os próprios extremistas realizavam ligações telefônicas anônimas, especialmente para repartições públicas, com ameaças de

bombas (Medeiros, Netto, 2012). As autoridades, inclusive, orientavam a retirada de todos os presentes em caso de ameaças do tipo. Prédios desocupados às pressas, aulas e expedientes de trabalhos encerrados abruptamente, voos cancelados nos aeroportos, pessoas em lágrimas, policiais acionados, estabelecimentos sendo vasculhados minuciosamente, muitos incômodos, contratemplos na rotina da população. Em outros termos, tão tensa e impactante a ação da extrema-direita no processo de abertura que apenas as ameaças de atentados já tinham impacto político e social.

A onda de insegurança e angústia coletiva incrementou-se ainda mais quando passaram a se verificar os primeiros atentados com vítimas. A 27 de agosto de 1980, integrantes da Falange Pátria Nova ou do Comando de Caça aos Comunistas (a autoria nunca foi esclarecida) explodiram bombas na sede da OAB e no gabinete do vereador Antônio Carlos de Carvalho, na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Nos ataques, foi morta Dona Lyda Monteiro, secretária da OAB, e saiu gravemente ferido o assessor parlamentar José Ribamar Sampaio de Freitas, afora outras pessoas, atingidas levemente, com o pânico tomando conta da cidade. Naquele momento, a OAB, ao lado de outras entidades, estava bastante engajada na defesa da democratização do País. Já o vereador Antônio Carlos pertencia ao PMDB e era militante do MR-8, se destacando bastante nos atos públicos contra a ditadura⁶.

Na charge publicada no *Jornal do Brasil*, de 7 de setembro de 1980 (Figura 6), Ziraldo faz referência aos ataques à OAB e à Câmara Municipal, embora o desenho não apresente nada que remeta diretamente ao atentado. Como dito, é delicado abordar tragédias em charges, pelo risco de a imagem acabar soando desrespeitosa e grosseira. Ziraldo trata do atentado lembrando a morte de Dona Lyda e a impunidade grassante. No desenho, o presidente João Figueiredo – Ziraldo retratava o presidente com essa aparência, como se percebe em diversas outras charges do período – está em um restaurante e, parecendo alheio à crise política ou à gravidade dos atentados da extrema-direita, pergunta ao garçom, como se fosse uma questão menor, se já teria, como “prato” da casa (talvez numa metáfora da ditadura ou do noticiário), os assassinos de Dona Lyda. Atencioso, o garçom informa que esse “prato” não está disponível, embora tivesse um outro, que poderia interessar ao presidente: os “três trotskistas de Barbacena”. A charge aborda um episódio político bem específico daquele momento.

⁶ *Jornal do Brasil*, 28 ago. 1980; *Tribuna da Imprensa*, 28 ago. 1980; *Veja*, 3 set. 1980.

Figura 6 – Ilustração de Ziraldo



Fonte: Jornal do Brasil, 07/09/1980, p. 10. Acervo da Biblioteca Nacional.

Dias após as explosões na OAB e Câmara Municipal do Rio de Janeiro, o governo fez muito alarde junto à imprensa, inclusive, com nota oficial, em virtude da prisão de três acusados de terrorismo em Minas Gerais, apontados como integrantes da Organização Socialista Internacional (OSI), de tendência trotskista⁷. O vereador do PMDB, Eduardo Villanova, seu irmão, Luís Villanova e um assessor, Caetano de Oliveira, haviam estourado algumas bombas, de baixo potencial, nas cidades de Antônio Carlos e Barbacena. A prisão parecia consubstanciar a crença, propagada por grupos militares e conservadores, de que os ataques eram frutos da ação de “esquerdistas radicais”. No afã de apontar responsáveis, para demonstrar que desejava, sim, apurar os casos de terrorismo e que não acobertava ninguém, como denunciava a oposição, o governo Figueiredo buscou capitalizar com a detenção dos “terroristas de Barbacena”. Depois, descobriu-se que se tratava de um caso envolvendo disputas políticas locais, não tendo os três detidos ligação alguma com os atentados da extrema-direita. As pessoas da região, mesmo os adversários políticos, não confirmaram que os acusados pertencessem a qualquer grupo trotskista⁸ e a própria OSI negou que tivesse ali militantes, endossando que sempre fora contra ações terroristas⁹. Constatando a inveracidade sobre os “terroristas de Barbacena”, o governo discretamente esqueceu o assunto¹⁰ nas semanas seguintes.

A alegativa segundo a qual os atentados seriam de autoria das esquerdas ou, pelo menos, a dúvida sobre qual “lado ideológico” seria o responsável pelos ataques foi

⁷ Tribuna da Imprensa, 30-31 ago. 1980.

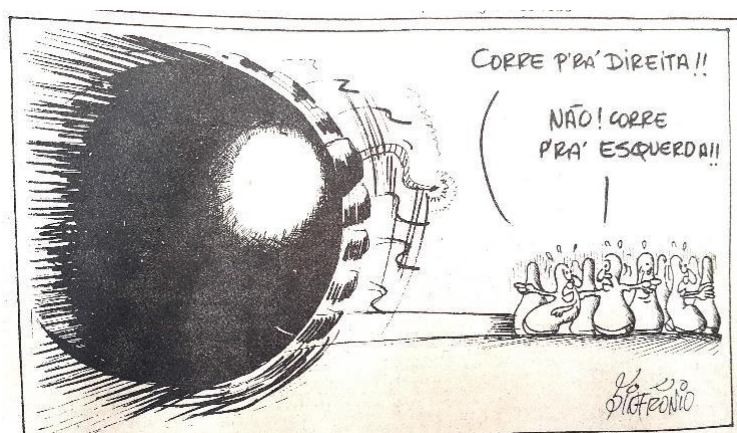
⁸ Jornal do Brasil, 4 set. 1980; Isto É, 10 set. 1980.

⁹ Tribuna do Ceará, 6 set. 1980; Isto É, 10 set. 1980.

¹⁰ Isto É, 10 set. 1980.

tema de uma charge de Sinfrônio em O Povo, de 30 de agosto de 1980 (Figura 7). No desenho, a bola de boliche é uma bomba, que rapidamente se movimenta para atingir os pinos. Estes, humanizados, mostram-se desesperados com a iminência do choque e da explosão. Não sabem, porém, para que lado se dirigirem. Ou seja, para uns, a solução, diante da onda terrorista é se apegar à direita, presumindo-se, em consequência, que seriam elementos de esquerda os culpados pelos atentados. Para outros pinos/indivíduos, a saída estaria à esquerda, visto que os extremistas eram ligados à direita (como de fato o eram).

Figura 7 – Ilustração de Sinfrônio



Fonte: O Povo, 30 ago. 1980, p. 5. Acevo da Biblioteca do Ceará.

Nas fontes consultadas na pesquisa, fossem documentos oficiais ou matérias na imprensa, foi comum perceber, sobretudo quando dos ataques ocorridos nos primeiros meses de 1980, como alguns militares e civis conservadores, contrariando o que era difundido pela oposição, levantavam dúvidas sobre qual “lado ideológico” seria responsável pelos ataques, isso quando não especulavam que se tratavam de crimes políticos praticados por “esquerdistas” para se passarem por vítimas (Farias, 2023a). Embora essas ilações nunca tenham deixado de acontecer, à medida em que ficava patente que se tratavam de ações da extrema-direita e de terroristas possivelmente ligados ao aparato oficial de repressão, especialmente após as bombas na OAB e na Câmara de Vereadores do Rio¹¹ – a charge de Sinfrônio foi publicada dias após esses ataques –, notamos uma sutil mudança nos discursos conservadores, os quais passaram a enfatizar a luta armada das esquerdas nos anos 1960 e começo dos 1970, tida como terrorista, igualando-a com os atos que MAC, CCC, Comando Delta etc. praticavam no processo de distensão e abertura. Induzia-se, assim, a uma “simetria terrorista” entre

¹¹ Isto É, 03 set. 1980.

ideologias contrárias, justificando-se as ações da extrema-direita em função da violência política praticada por parte da esquerda anos antes, em uma espécie de modalidade da “teoria dos dois demônios”¹².

Figura 8 – Ilustração de Sinfrônio



Fonte: O Povo, 06 maio 1981, p. 3. Acervo da Biblioteca do Ceará.

Outra associação comum nas charges do período foi entre os ataques e a delicada situação econômica do Brasil. É o que faz novamente Sinfrônio em O Povo, de 6 de maio de 1981 (FIG. 8). Um motorista, com expressões faciais demonstrando raiva, aponta, em tom condenatório, a bomba de gasolina, dando a entender quão irritante era o preço do combustível vendido. Como sabemos, os preços dos combustíveis impactam bastante no cotidiano das pessoas, no que toca a transporte, valor de mercadorias etc. – e seus aumentos eram consideráveis e rotineiros nos anos 1980, em virtude da espiral inflacionária (Napolitano, 2018). Note-se que a bomba de combustíveis apresenta as conhecidas letras da logomarca da empresa Petrobrás, mas o BR pode ser pensado igualmente em uma referência ao próprio Brasil. A charge faz, então, um trocadilho, na busca do humor, mas com uma mensagem também política. A bomba de combustível ameaçava explodir com a economia, tal como estava acontecendo com os petardos dos terroristas, que incendiavam a abertura da ditadura. Isto é, se os atentados eram uma ameaça ao Brasil, a inflação também o era, tornando cada vez mais difícil a vida das pessoas, corroendo cada vez mais o apoio popular ao

¹² Elaborada na Argentina, a “teoria dos dois demônios” atribuiu a instauração, intensidade e duração do regime militar naquele país, entre 1976 e 1983, a posturas simétricas das direitas e das esquerdas (Napolitano, 2018; Sampaio, 2018).

regime e impactando também no processo de flexibilização política.

A impunidade

No conjunto de charges levantadas na pesquisa, foram frequentes as denúncias acerca da morosidade ou ineficiência do governo nas investigações dos atentados, não raro, sendo apontados o envolvimento de agentes da própria ditadura nas ações terroristas. De fato, a impunidade marcou a onda terrorista na abertura (Fico, 2001). Os únicos implicados presos foram sete civis do Ceará, universitários, integrantes de um grupo autoproclamado Movimento Anticomunista-MAC e responsáveis por vários atentados e ameaças em Fortaleza no segundo semestre de 1980. Acabaram detidos quando tentavam difundir suas ações para Pernambuco e Paraíba (Farias, 2023b). Os demais terroristas, em geral, policiais e militares, ficaram impunes e sequer foram identificados, salvo pouquíssimas exceções, como o capitão Wilson Luís Chaves Machado e o sargento paraquedista Guilherme Pereira do Rosário – que pretendiam colocar uma bomba no Riocentro, um centro de eventos do Rio Janeiro, durante um show pelo 1º de Maio de 1980 – e o ex-delegado Cláudio Guerra, que, anos depois, se tornando evangélico, confessou seu envolvimento em ações extremistas por ocasião da abertura (Medeiros; Netto, 2012).

Não obstante a pressão da oposição civil, na percepção dos chamados militares “moderados”, capitaneados por Ernesto Geisel, João Batista Figueiredo, Golbery de Couto e Silva, entre outros, a primeira linha de combate à liberalização do regime, nos marcos que desejavam, era representada pelos “duros” de dentro do próprio governo e das Forças Armadas. Tais elementos, geralmente integrantes de órgãos de segurança e informação, e uma extrema-direita civil, conspiravam para desestabilizar o projeto governamental e barrar a abertura do regime (D’Araújo; Soares; Castro, 1995, p. 38; Resende, 2015, p. 19).

Como afirma Maria Celina D’Araújo, temos que diferenciar o *projeto* militar de descompressão do *processo* político de abertura que levaria o regime ao fim, o que, por sua vez, chama a atenção para a conjunção e as dinâmicas entre as forças do Estado e da sociedade civil as quais foram atuando ao longo dos anos (D’Araújo, Soares, Castro,

1995, p. 39). O projeto de distensão buscava institucionalizar o regime¹³, estabelecer uma flexibilização da ditadura que implicasse na proteção mínima de indivíduos e grupos contra arbítrios do Estado, o que passava, fundamentalmente pela Revogação do Ato Institucional nº 5. Seria uma espécie de Estado de direito autoritário, uma ordem política híbrida, securitária e elitista, na qual conviveriam formas autoritárias e institutos liberais, de limitada autonomia ou alcance, sob a tutela das Forças Armadas (Maud, 2012, p. 172; Mathias, 1995, p. 39).

Apenas depois, sobremaneira após 1977, com o avançar do processo político de liberalização e pressões da sociedade, que a ideia de uma transição democrática, ainda que a longo prazo, começou a ser tolerada, inclusive, sendo abordada no próprio discurso do regime, como fez Figueiredo em seu período (1979-85), ao chamar de “abertura democrática” o que antes fora definido, por Geisel, como “distensão lenta, gradual e segura”. No caso, uma democracia dentro dos entendimentos e marcos aceitos e impostos pelos militares (Napolitano, 2018, p. 234). Existia, porém, da parte da caserna, questões intocáveis, como o resguardo de suas prerrogativas de ingerência política, dos privilégios da corporação (Justiça Militar, aposentadorias à parte, educação e saúde especiais etc.) e da não responsabilização dos crimes praticados durante o período ditatorial. Era necessário garantir a unidade interna e a preservação das Forças Armadas enquanto instituição (D’Araújo, 2004, p. 93). Tais princípios orientaram a aprovação da Lei da Anistia, em 1979 – que excluiu a possibilidade de punir os torturadores – e, entendemos, orientou a forma como o regime tratou os terroristas de extrema-direita que agiram no começo dos anos 1980.

Ou seja, os terroristas de extrema-direita, ainda que indiretamente, acabaram se beneficiando também do norte central orientador da distensão/abertura dos governos Geisel e Figueiredo, de não tolerar a punição de nenhum militar, de “não deixar ninguém da corporação para trás”, de evitar “atos de revanchismo” e de não permitir qualquer cisão das Forças Armadas (D’Araújo, 2004, p. 93). Mesmo com os setores moderados repudiando os atentados – o presidente Figueiredo publicamente se manifestou nesse sentido várias vezes –, com o desgaste do governo perante a opinião pública e com as tensões dos embates políticos intraquartéis com os “duros”, permanecia como intocável, para o regime e o conjunto das Forças Armadas, a

¹³ “O passo para se institucionalizar o autoritarismo (...) não significa, porém, que o regime ditatorial era pouco ou nada institucionalizado, mas que o arranjo institucional em vigor não era funcional nem estável, daí as crises políticas frequentes (1965, 1968, 1974, 1977, 1981 etc.); que, portanto, ele deveria ser reformado para suportar essas crises, sem que isso implicasse uma regressão “populista” (ao pré-1964) ou um avanço democrático” (Codato, 2005, p. 84).

imunidade militar, ou seja, a impunidade em bloco para todos os agentes da repressão envolvidos em crimes políticos, fossem torturadores ou, no caso, terroristas de extrema-direita.

Há quem conjecture que, tendo-se em conta a onda terrorista da extrema-direita como um todo, a falta de esmero nas investigações e a ausência de punição foram frutos de uma espécie de acordo tácito entre militares moderados e linha dura. Ninguém da caserna era exposto e punido, mas, por outro lado, o governo pressionava e exigia que a extrema-direita militar cessasse com os atentados, o que acabou acontecendo, de forma efetiva (ou com uma redução da quantidade de ataques, pelo menos) após o caso do Riocentro (Pasqualette, 2020, p. 221-222).

Figura 9 – Ilustração de Ziraldo



Fonte: Jornal do Brasil, 28 set. 1980, p. 10. Acervo da Biblioteca Nacional.

As críticas à impunidade dos terroristas e as acusações de envolvimento de agentes dos órgãos de segurança apareceram em alguns trabalhos de Ziraldo no Jornal do Brasil. Em charge publicada a 28 de setembro de 1980 (FIG. 9), o desenhista associa o governo Figueiredo ao tradicional mito – falso, por sinal¹⁴ – de que avestruzes, com medo ou sob ameaças, enfiam a cabeça na terra, como que ingenuamente fugindo de problemas. A charge foi veiculada em plena efervescência dos ataques extremistas e a associação com a onda terrorista fica mais explícita quando se nota a cauda do avestruz pegando fogo. Uma possível mensagem passada no desenho era a de que a sucessão de atentados agastava (“queimava”) o governo e dificultava a abertura política, com o regime, porém, preferindo não encarar a questão, uma vez que os integrantes da

¹⁴ Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/ultimas-noticias/redacao/2017/10/17/clique-ciencia-porque-a-avestruz-esconde-a-cabeca-no-buraco.htm>. Acesso em: 6 nov. 2023.

própria ditadura estavam envolvidos com os grupos terroristas. Ante o constrangimento de ter de punir elementos da caserna e ir contra o preceito da imunidade militar, imprescindível para o projeto de abertura defendida pelas Forças Armadas, o governo Figueiredo e mesmo o Congresso Nacional preferiam não ver o problema, “enfiando a cabeça no solo”, por mais danosa que fosse a série de atentados da extrema-direita.

Figura 10 – Ilustração de Willy



Fonte Tribuna da Imprensa, 1 set. 1980, p. 2. Acervo da Biblioteca Nacional.

Na Tribuna da Imprensa, de 1º de setembro de 1980 (FIG. 10), Willy traz perspectiva próxima. O presidente-general João Figueiredo, admirador confesso de cavalos, aparece montado em um, olhando ao largo, apurando a visão, como indica a mão sobre os olhos. O desenhista mostra que Figueiredo forçava a vista para encontrar os terroristas, promessa realizada várias vezes. Mas, como efeito de humor, o presidente, intencionalmente ou não, olhava para o lado errado. Os terroristas não estavam distantes; ao contrário, se encontravam bem próximos, debaixo do próprio cavalo, o qual, metaforicamente, pode ser concebido como a ditadura ou o governo comandado por Figueiredo. Embora não se possa saber exatamente quem era o extremista – representado como um personagem embuçado e misterioso, com o rosto na penumbra, apenas com os olhos de fora –, fica implícito que se trata de um agente da comunidade de informação do regime, por estar vestindo um casaco de modelo sobretudo, geralmente associado, no imaginário popular, a espíões.

Outra charge de Ziraldo, tratando da impunidade, foi publicada no Jornal do

Brasil de 6 de junho de 1981 (Figura II), no contexto das demoradas e confusas investigações sobre o caso Riocentro, episódio em que ficou explícita, pela primeira vez, a relação dos integrantes da comunidade de informação e segurança com os grupos terroristas que agiam há meses no País. Entre diversos setores da sociedade, à proporção que as investigações eram travadas, ia ficando patente que o caso, como tantos outros, igualmente ficaria impune, apesar das evidências. Na charge, um misterioso elemento, presumidamente, um agente dos órgãos de informação, pelo sobretudo que usa, tem uma bomba em um dos bolsos, o que mostra seu envolvimento com a onda terrorista. O personagem saltita, alegremente, como mostram a curvatura do corpo e os movimentos dos braços e pernas. Pronuncia dizeres comuns a crianças, quando de suas brincadeiras de “pega-pega”. O “Ninguém me pega” citado, porém, se vincula à omissão das autoridades quanto aos crimes dos terroristas. Observe-se que o alegre saltitar do personagem se dá em frente ao prédio do Congresso Nacional (representado pelas conchas investidas) e à Esplanada dos Ministérios, com seus edifícios típicos. Em outros termos, o personagem zomba dos governantes, os quais, caso se esforçassem mais, na percepção de Ziraldo, poderiam capturar os terroristas, até facilmente, como em uma brincadeira, tendo-se em conta as evidências acerca dos culpados, especialmente os envolvidos no episódio das bombas do Centro de Eventos do Rio de Janeiro.

Figura II – Ilustração de Ziraldo



Fonte: Jornal do Brasil, 06 jun. 1981, p. 10. Acervo da Biblioteca Nacional.

O atentado ao Riocentro e a exposição de integrantes da comunidade de informação pegaram os terroristas e o próprio governo de surpresa. Se até ali não havia como atestar que a gestão Figueiredo deixava de levar adiante as investigações, pelas possibilidades de se chegar a elementos da caserna envolvidos nos atentados, o

desenrolar das investigações do caso Riocentro, as conclusões pífias do inquérito final e a impunidade deram ainda mais munição para a oposição e os críticos. Não por acaso, toda a atenção dada pela sociedade ao caso. Ziraldo expôs tal aspecto em uma charge, publicada no *Jornal do Brasil* de 30 de junho de 1981 (Figura 12), dia que saíria o relatório do Inquérito Policial Militar (IPM) sobre o caso, o qual isentou os dois militares pegos na explosão e ainda levantou a possibilidade de o ataque ter sido ação de grupos de esquerda, uma conclusão duramente criticada à época e que suscitou pouca credibilidade (Ribeiro, 1981).

Na charge de Ziraldo, há apenas o rosto de um homem, calvo, cujos cabelos restantes lembram o formato do mapa do Brasil. A evidente preocupação com a questão do Riocentro é endossada pela avantajada orelha do homem. Isto é, o País estará ouvindo e prestando atenção no resultado do Inquérito Policial Militar (IPM), a sair naquele dia, conforme informa o balão de fala. O olhar do homem passa um misto de raiva e desconfiança, pelo semblante e posição das sobrancelhas e dos olhos, respectivamente. Em outros termos, as pessoas estão irritadas com o atentado, atentas ao que será dito no relatório, mas desconfiadas, visto que a conduta do governo e das Forças Armadas até ali foi pautada pela impunidade dos responsáveis.

Figura 12 – Ilustração de Ziraldo



Fonte: *Jornal do Brasil*, 30 jun. 1981, p. 10. Acervo da Biblioteca Nacional.

Mesmo com a impunidade que também marcou o caso Riocentro, daí em diante, foi se intensificando um crescente sentimento de segurança para as oposições e uma crença que o regime, de fato, poderia acabar (Anturi, 2001, p. 19). A onda de atentados, a acusação de acobertamento dos terroristas pelo governo e a impunidade fizeram as Forças Armadas e a ditadura perderem ainda mais capital político,

corroendo a credibilidade que, por ventura, tivessem e gerando um sentimento de irreversibilidade da transição do poder para a oposição (Anturi, 2001, p. 19). Não por acaso, Figueiredo, o último general ditador, deixou o governo, literalmente, pelas portas dos fundos do Palácio do Planalto (D’Araújo, 2004, p. 98). Se havia alguma dúvida ou resistência, as eleições diretas para governador dos estados de 1982, as primeiras desde 1966, aconteceram, denotando que cada vez mais a abertura prosseguiria (D’Araújo, 2004, p. 98).

Como se não bastasse o desgaste junto à opinião pública (Pasqualette, 2020, p. 210), o caso Riocentro levou Figueiredo a perder ainda um dos seus principais ministros e articuladores da distensão/abertura. O general Golbery do Couto e Silva, revoltado com o relatório final do IPM, pediu demissão, em agosto de 1981. Ziraldo produziu charge, publicada no *Jornal do Brasil*, de 10 de agosto de 1981 (FIG. 13), abordando a saída.

Figura 13 – Ilustração de Ziraldo



Fonte: *Jornal do Brasil*, 10 ago. 1981, p. 10. Acervo da Biblioteca Nacional.

Golbery, de costas, em gesto dramático, como parece evidenciar a posição aberta dos braços e das mãos, anda a passos largos. O balão de fala do agora ex-ministro reproduz famoso trecho de poesia de Manuel Bandeira (“vou-me embora pra Pasárgada / Lá sou amigo do rei”). O significado principal desta poesia é o da busca por uma outra realidade, onde se possa fazer tudo que se deseja e não se faz na vida real¹⁵. Uma das interpretações possíveis à charge é que Golbery busca um local onde possa

¹⁵ Disponível em: <https://www.culturagenial.com/analise-poema-vou-me-em-bora-para-pasargada-manuel-bandeira/#:~:text=No%20poema%20Vou,na%20vida%20real>. Acesso em: 9 nov. 2023.

tomar as decisões que desejar para incrementar o projeto de abertura da ditadura, inclusive, punindo os militares terroristas envolvidos em crimes políticos. Sendo amigo do rei, em Pasárgada teria poder para tanto. No Brasil, no mundo real, não pode fazer isso, visto que o presidente da República, ao acatar a impunidade dos envolvidos no caso Riocentro, estaria atuando contra a pretensão de distensão nos marcos desejados pelos militares moderados, enfraquecendo o controle do regime sobre o processo (como de fato aconteceu).

Observe-se que, no balão de fala, Ziraldo faz o acréscimo de uma palavra (“apenas”) ao texto original do poema. Possivelmente, esse acréscimo seja uma forma do desenhista enfatizar a ironia e buscar um elemento humorístico para a charge. Em Pasárgada, na condição de ser “tão somente amigo do rei”, Golbery seria escutado, o que faria fazer prevalecer suas ideias, pois, no mundo real, mesmo as condições de ministro da Casa Civil do governo e de um dos principais articuladores do processo de abertura não bastaram para que Figueiredo o escutasse e punisse os envolvidos no caso Riocentro.

Para a extrema-direita, fosse a civil ou a militar, envolvida com o terrorismo ou apenas na oposição à abertura, o caso Riocentro foi um duro golpe, pela desmoralização e desmascaramento que sofrera (Fico, 2001, p. 216). Tão desprevenidos e desorientados estavam os terroristas, com o “flagra” e o fracasso no Riocentro, que, observando-se suas manifestações, publicadas na imprensa, constata-se facilmente as incoerências e a busca de uma argumentação a qual os isentasse da responsabilidade e ainda poupasse, ironicamente, o governo de Figueiredo, o odiado militar “moderado”, o acusado de “abrir o Brasil para os comunistas”, pelo temor que o caso minasse por completo a governabilidade do regime, o qual, com tanto afinco e bombas, buscavam preservar. Os discursos sobre uma iminente ameaça comunista cada vez menos obtinha inserção social. A defesa do fechamento do regime e a opção pelo uso da violência política concreta – de forma parecida com o que se dera com a guerrilha de esquerda, anos antes – não contaram com o apoio e a concordância do grosso da sociedade. Isolados, fincando em suas representações, teorias conspiratórias e complôs, a extrema-direita se distanciava do consenso acerca da democracia que se formava entre enormes segmentos da população. Parece não haver dúvidas, como entende a historiografia e analistas outros, que o episódio do Riocentro desacreditou, enfraqueceu e isolou ainda mais os extremistas de direita, civis e militares, dando impulso à abertura (Fico, 2001, p. 218; Fico, 2016, p. 100; Gaspari, 2016, p. 195 e seguintes; Couto, 1999, p. 184 e seguintes).

Conclusão

No final dos anos 1970 e começo dos 1980, a sociedade brasileira foi sacudida por uma série de atentados à bomba e ameaças. Diversos grupos terroristas, em distintos pontos do território nacional, tramavam contra o processo de distensão/abertura da ditadura. Em geral, os terroristas pertenciam aos órgãos de informação e repressão da ditadura, temerosos de perder espaços de poder e crentes que a flexibilização do regime abria espaços para a comunização do País.

Neste texto, buscamos entender como a onda de atentados foi abordada por chargistas do *Jornal do Brasil*, da *Tribuna da Imprensa* e de *O Povo*, buscando analisar as mensagens contidas nos desenhos e os contextos políticos. As charges apresentam uma grande riqueza para a produção dos saberes históricos. Elaboradas em determinado contexto, tornam acessíveis a amplos segmentos da sociedade questões relativas a embates e disputas do momento. Servem de arma política, pois criticam e zombam de determinadas situações ou figuras do mundo político. Trazem, ainda, elementos, crenças e perspectivas dos desenhistas e dos jornais em que são veiculadas.

Ziraldo, Willy e Sinfrônio, em seus trabalhos, mostram como amplos setores da sociedade condenaram os ataques da extrema-direita, expressando o consenso que se formava então em torno da democracia. Nas charges, são abordados diversos elementos relacionados aos atos terroristas. As bancas de jornais, alvos dos atentados, por venderem periódicos da imprensa alternativa e revistas eróticas, além de serem pontos de discussões de difusões de posicionamentos ideológicos; o medo e angústia coletiva, sobremaneira, quando os atentados começaram a deixar vítimas; as acusações de envolvimento de agentes do Estado com os atos terroristas e a impunidade que beneficiou os extremistas.

Referências

AARÃO REIS, Daniel. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. *In*: AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru-SP: Edusc, 2004.

ANTURI, Carlos S. O debate teórico sobre mudança de regime político: o caso brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 17, p. 11-31, nov. 2001.

ARBACH, Jorge Mtanios Iskandar. **O fato gráfico: o humor gráfico como gênero jornalístico**. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

- BONANATE, Luigi. Terrorismo político. *In*: BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Giafranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.
- BORNEMANN, Neila Barbosa de Oliveira; COX, Maria Inês Pagliarini. “Vote Tiririca, pior que tá não fica”: a construção de efeitos de sentido em charges. **Signótica**, Goiânia, v. 23, n. 2, p. 415-438, jul./dez. 2011.
- BRASIL, Clarissa. **O brado de alerta para o despertar das consciências: uma análise sobre o Comando de Caça aos Comunistas**. 2010, 124 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- BRILHANTE, Matilde de Lima. Negociando com o traço: a atuação de chargistas na imprensa de Fortaleza na década de 1980. **Sæculum: revista de História**, João Pessoa, v. 27, p. 307-324, jul./dez. 2012.
- BURKE, Peter. **Testemunha ocular: o uso da imagem como evidência histórica**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.
- CAVALCANTI, Maria Clara Catanho. **Multimodalidade e argumentação na charge**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.
- CHAGAS, Viktor. **EXTRA! EXTRA!: os jornalheiros e as bancas de jornais como espaço de disputas pelo controle da distribuição da imprensa e da economia política dos meios**. 2013, 317 f. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2013.
- CHEVALIER, Jean. **Dicionários de símbolos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2015.
- CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 25, p. 83-106, nov. 2005.
- CORDEIRO, Janaina Martins. **A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil; 1964-1985**. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- D'ÁRAUJO, Celina; SOARES, Gláucio Ary; CASTRO, Celso. **A volta aos quartéis: memória militar sobre a abertura**. Rio de Janeiro: Relume-Drumará, 1995.
- D'ÁRAUJO, Celina. Geisel e Figueiredo e o fim do regime militar. *In*: FICO, Carlos; CASTRO, Celso; MARTINS, Ismênia de Lima; SOUSA, Jessie Jane Vieira de; ARAÚJO, Maria Paula; QUADRAT, Samantha Viz (org.). **1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004.
- FARIAS, José Airton de. A extrema-direita explosiva: anticomunismo e atentados na distensão da ditadura civil-militar. **Locus: Revista de História**, [s. l.], v. 28, n. 2, p. 351-375, 2023a.

FARIAS, José Airton de. Terrorismo no Nordeste: atentados de extrema-direita em Fortaleza na abertura da ditadura civil-militar. *Sæculum: revista de História*, [S. l.], v. 28, n. 48, p. 45-62, 2023b.

FERREIRA, Fábio Donato. **A redemocratização do riso: as charges da grande imprensa na reabertura política (1979-1985)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, Carlos. “Prezada censura”: cartas ao regime militar. *Topoi*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 251-286, dez. 2002.

FONSECA, Joaquim da. **Caricatura: a imagem gráfica do humor**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999.

GASPARI, Elio. **A ditadura acabada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

GAWRYSZEWSKI, Alberto. Conceito de caricatura: não tem graça nenhuma. *Domínios da Imagem*, Londrina, v. 1, n. 2, p. 7-26, maio 2008.

GRUDZINSKI, Silvia Cristina. Critérios Jornalísticos de Noticiabilidade Presentes na Rotina Produtiva Charge. Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2009. p. I-II. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-kika-criterios.pdf>. Acesso em: 18 set. 2023.

LE MOS, Renato. **Uma história do Brasil através da caricatura (1840-2001)**. Rio de Janeiro: Bom Texto e Letras e Expressões, 2002.

LIMA, Danielle Barreto. **O Comando de Caça aos Comunistas (CCC): do estudante ao terrorista (1963-1980)**. 2020, 279 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.

LOPES, Gustavo Esteves. **Ensaio de terrorismo: história oral da atuação do Comando de Caça aos Comunistas**. Salvador: Editora Pontocom, 2014.

MACEDO, José Emerson Tavares de. **A linguagem humorística das charges e as “Diretas Já”: no traço dos chargistas dos jornais Diário da Borborema e Jornal da Paraíba**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2012.

MACHADO, Raoni. **Esporte e religião no imaginário da Grécia antiga**. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidades de São Paulo, São Paulo, 2006.

MARCELINO, Douglas Attila. **Salvando a pátria da pornografia e da subversão: a censura de livros e diversões públicas nos anos 1970**. 2006, 300 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

MATHIAS, Suzeley Kalil. **Distensão no Brasil: o projeto militar (1973-1979)**. Campinas: Papirus, 1995.

- MAUD, Chirio. **A política nos quartéis: revoltas de oficiais na ditadura militar brasileira.** Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- MEDEIROS, Rogério; NETTO, Marcelo. **Memórias de uma guerra suja: Cláudio Guerra em depoimento.** Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.
- MOLLO, Lúcia Tormin. **Livrarias e livreiros na ditadura militar brasileira (1964-1985).** 2022, 209 f. Tese (Doutorado em Literatura) – Universidade de Brasília, Brasília, 2022.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Jango e o golpe de 1964 na caricatura.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. **Topoi**, v. 14, n. 26, p. 62-85, jan./jul. 2013.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. MDB e ARENA nas charges: a imagem do sistema bipartidário da ditadura em disputa. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 14, n. 37, p. e0102, dez. 2022.
- NAPOLITANO, Marcos. A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985). **Estudos Ibero-americanos**, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 346-366, maio-ago. 2017.
- NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do regime militar brasileiro.** São Paulo: Contexto, 2018.
- ORTIZ, Renato. Revisitando o tempo dos militares. *In*: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964.** Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- PASQUALETTE, Bernardo Braga. **Me esqueçam: Figueiredo: a biografia de uma presidência.** Rio de Janeiro: Record, 2020.
- RESENDE, Pâmela de Almeida. **Os vigilantes da ordem: a cooperação Deops/SNI e a suspeição aos movimentos pela anistia (1975-1983).** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015.
- RIBEIRO, Belisa. **A bomba no Riocentro.** Rio de Janeiro: Codecri, 1981.
- RUBIO, Kátia. **O atleta e o mito do herói.** São Paulo: Editora Casa do Psicólogo, 2001.
- SAMPAIO, Emmanuel Frias. **A presença do discurso denominado “teoria dos dois demônios” no cenário institucional brasileiro entre as décadas de 1970 a 2010 e suas consequências na inacabada justiça de transição no Brasil.** Monografia (Bacharel em Direito) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.
- SILVA, João Batista Teófilo. **Imprensa, ditadura e abertura política: entre consentimentos, atritos e ambivalências: a atuação dos jornais cearenses Correio da Semana e O Povo (1974-1985).** Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

SOUZA, Isabel Cristina de Oliveira. **A charge como fonte e representação da informação no desenvolvimento político brasileiro.** Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

TEIXEIRA, Luiz Guilherme Sodré. **Sentidos do humor, trapaças da razão: a charge.** Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 2005.